

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NIRE 35.300.050.274

CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2018**

1 DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de maio de 2018, às 16h30, na sede da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, lojas 1 e 2 (térreo), 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040.

2 CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia, com a presença dos Srs. Adriano Cives Seabra, Alexandre Manoel Angelo da Silva, Ana Marta Horta Veloso, Britaldo Pedrosa Soares, Erik da Costa Breyer, Julian Jose Nebreda Marquez, Hélio Lima Magalhães e Sérgio Eduardo Weguelin Vieira. Os Srs. Ana Marta Horta Veloso, Adriano Cives Seabra, Alexandre Manoel Angelo da Silva, Erik da Costa Breyer e Sérgio Eduardo Weguelin Vieira participaram da reunião por teleconferência. Presentes ainda, os Srs. Charles Lenzi, Diretor-Presidente, Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, Diretor Vice-Presidente de Assuntos Legais, Auditoria e Compliance, Marcelo Antonio de Jesus, Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia, Monique Mavignier e Ana Paula Reis representantes do escritório Barbosa Müssnich Aragão ("BMA") e Ubiratan Machado e Pedro Garcia, representantes do Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA").

3 MESA: Sr. Britaldo Pedrosa Soares, na qualidade de Presidente; e Sra. Andrea Leandro Valenzuela, na qualidade de Secretária.

4 ORDEM DO DIA: Manifestação a respeito dos termos e condições das ofertas públicas para aquisição do controle da Companhia pela Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. e pela Neoenergia S.A., e seus respectivos aditamentos, nos termos do artigo 21 do Regulamento do Novo Mercado, do inciso (xxviii) do artigo 12 do estatuto social da Companhia e do Ofício 201/2018 - DRE da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

5. DELIBERAÇÃO: Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração trataram dos seguintes assuntos:

5.1 Manifestação a respeito dos termos e condições das ofertas públicas para aquisição do controle da Companhia pela Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. e pela Neoenergia S.A., e seus respectivos aditamentos, nos termos do artigo 21 do Regulamento do Novo Mercado, do inciso (xxviii) do artigo 12 do estatuto social da Companhia e do Ofício 201/2018- DRE da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: os Conselheiros, registrada a abstenção do Sr. Erick da Costa Breyer, **manifestaram-se nos termos do Anexo I**, cujo texto, que será divulgado ao mercado, em observância ao disposto no artigo 21 do Regulamento do Novo Mercado e no artigo 12 (xxviii) do Estatuto Social da Companhia, foi

preliminarmente aprovado, ficando o Presidente do Conselho de Administração desde já autorizado a fazer os ajustes necessários decorrentes de decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários em relação ao certame em comento, determinando-se a divulgação imediata da manifestação logo após o conhecimento da referida decisão e ajustes pertinentes ao texto. Em sendo tais ajustes relevantes, no julgamento do Presidente do Conselho de Administração, caberá ao mesmo submetê-los a nova aprovação pelos conselheiros no próprio dia 29. A versão rubricada pelos conselheiros do texto final ora aprovado ficará arquivada na sede da Companhia.

6 ENCERRAMENTO: Não havendo nada mais a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi por todos lida, achada conforme e assinada. Conselheiros: Srs. Adriano Cives Seabra, Alexandre Manoel Angelo da Silva Ana Marta Horta Veloso, Britaldo Pedrosa Soares, Erik da Costa Breyer, Julian Jose Nebreda Marquez, Hélio Lima Magalhães e Sérgio Eduardo Weguelin Vieira.

Declaro que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.

Barueri, 28 de maio de 2018.

Mesa:

Britaldo Pedrosa Soares
Presidente

Andrea Leandro Valenzuela
Secretária

ANEXO I

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA A RESPEITO DE OFERTAS PÚBLICAS VOLUNTÁRIAS DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Em cumprimento ao disposto no artigo 21 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (respectivamente “**Regulamento do Novo Mercado**” e “**B3**”), e conforme facultado pelo Ofício 201/2018-DRE da B3, recebido em 27.04.2018 e divulgado mediante comunicado ao mercado em 30.04.2018, o Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“**Eletropaulo**” ou “**Companhia**”) apresenta seu parecer a respeito das ofertas públicas voluntárias concorrentes de aquisição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação, e, no máximo, da totalidade das ações de emissão da Eletropaulo, lançadas por Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. e Neoenergia S.A. (“**Enel**” e “**Neoenergia**”, respectivamente, e, em conjunto, “**Ofertantes**”), conforme editais publicados em 18.04 e 20.04.2018 no Jornal Valor Econômico e respectivos aditamentos (“**Edital Enel**” e “**Edital Neoenergia**”, respectivamente) e disponibilizado nos websites dos Ofertantes (www.enel.com.br/pr/investidores e ri.neoenergia.com/), da Companhia (ri.eletropaulo.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

I – HISTÓRICO DOS FATOS ANTECEDENTES A ESTE PARECER

Em 06.04.2018, a Energisa S.A. (“**Energisa**”) publicou edital de oferta pública voluntária de aquisição do controle da Companhia (“**OPA Energisa**”) pelo preço de R\$ 19,38 por ação, contemplando, ainda, compromisso de capitalização de, no mínimo, R\$ 1 bilhão no caso de sucesso da OPA Energisa.

O Conselho de Administração da Companhia manifestou-se contrariamente à OPA Energisa em reunião encerrada em 16.04.2018.

Nesta mesma data, o Conselho de Administração aprovou a realização de oferta pública de distribuição primária de ações, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476 (“**Follow-on**”), com o objetivo de promover a capitalização da Companhia para fazer frente ao seu plano de investimentos e reforçar sua estrutura de capital.

Em 17.04.2018, foi publicado o Edital Enel de oferta pública voluntária concorrente para aquisição do controle da Companhia (“**OPA Enel**”), pelo preço de R\$ 28,00 por ação, condicionada ao cancelamento do *Follow-on*, prevendo, ainda, um compromisso de capitalização no montante mínimo de R\$ 1 bilhão, no caso de sucesso da OPA Enel.

Tal oferta foi aditada, em 19.04.2018, elevando o montante do aumento de capital garantido para, no mínimo, R\$ 1,5 bilhão, a serem contribuídos em até 30 dias contados da data em que se obtiver a última aprovação regulatória ou da liquidação da OPA Enel, o que ocorrer depois.

Adicionalmente, a Enel também se comprometeu, na hipótese de insucesso das OPAs, a contribuir com o montante de, pelo menos, R\$1.500.000.000,00 para o capital social da Companhia, nos mesmos termos e condições do *Follow-on*, ao mesmo preço por ação da maior oferta feita pela Enel no âmbito da OPA Enel.

Em 20.04.2018, foi publicado o Edital Neoenergia de oferta pública voluntária concorrente para aquisição do controle da Companhia (“**OPA Neoenergia**” ou, em conjunto com a OPA Enel, as “**OPAs**”), pelo preço de R\$ 29,40 por ação.

Tanto a OPA Enel quanto a OPA Neoenergia têm como objeto a aquisição de até a totalidade das ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e negociadas na B3, excluídas as ações em tesouraria.

Em 25.04.2018, a Enel divulgou o terceiro aditamento ao Edital Enel, elevando o preço ofertado para R\$ 32,00 por ação.

Nesta mesma data, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo cancelamento do *Follow-on*, no melhor exercício do seu dever fiduciário, e conforme facultado pelo Acordo de Investimento firmado com a Neoenergia, de modo a permitir a melhor evolução da competitividade entre as ofertas públicas para aquisição de ações da Companhia ora em curso.

Na sequência, ainda em 25.04.2018, a Neoenergia divulgou o primeiro aditamento ao Edital Neoenergia, elevando o preço ofertado para R\$ 32,10 por ação.

Em 26.04.2018, a Enel divulgou o quarto aditamento ao Edital Enel elevando o preço ofertado para R\$ 32,20 por ação.

O Edital Enel foi aditado pela quinta vez, conforme divulgado em 26.04.2018, alterando determinadas condicionantes e declarações, mantido o preço de R\$ 32,20 por ação.

Em 27.04.2018, foi divulgado o segundo aditamento ao Edital Neoenergia, atendendo a exigências formuladas pela CVM, mantido o preço de R\$ 32,10 por ação.

Por determinação da CVM, nos termos do Ofício nº 128/2018/CVM/SER/GER-1, e conforme reiterado pelo Ofício nº 149/2018/CVM/SER/GER-1, ambos divulgados pela Companhia mediante fatos relevantes em 16.05.2018 e em 29.05.18, o leilão das OPAs acima referidas será realizado em 04.06.2018.

Nesse contexto, buscando preservar os principais objetivos já declarados pelo Conselho de Administração, e de sorte a suportar a manifestação a ser dada por esse Conselho de Administração em relação à OPA Enel e à OPA Neoenergia, contratou-se o Banco Itaú BBA S.A. ("**Assessor Financeiro**") para elaborar relatório de avaliação da Companhia ("**Relatório de Avaliação**") e dar suporte à análise, pela administração da Companhia, das condições das OPAs e das alternativas estratégicas às mesmas, conforme já divulgado.

O Relatório de Avaliação foi construído com base no Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração em 19.02.2018, devidamente atualizado pela Companhia de forma a considerar as variações relevantes ocorridas desde então.

Adicionalmente, contratou-se, como assessor legal independente, o escritório de advocacia BMA - Barbosa Müssnich Aragão Advogados ("**Assessor Legal**"), para suportar a análise, pelo Conselho de Administração, dos aspectos legais e regulamentares relacionados às OPAs e às alternativas estratégicas consideradas.

II – O ESCOPO DESTE PARECER

Segundo o artigo 21 do Regulamento do Novo Mercado, e o artigo 32-D da Instrução CVM 361/02, cumpre ao Conselho de Administração elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da companhia, no qual se manifestará, ao menos: (I) sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (II) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo Ofertante em relação à companhia; (III) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; (IV) no tocante às alterações relevantes na situação financeira da Companhia ocorridas desde a data das últimas demonstrações financeiras ou informações trimestrais divulgadas ao mercado, se houver.

Tendo em vista a existência de duas OPAs concorrentes, as quais sofreram os aditamentos acima relatados, a B3 facultou à Companhia se manifestar acerca da OPA Enel e da OPA Neoenergia até cinco dias antes do leilão, ou seja, até o dia 30.05.2018.

Em 11.05.2018, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que o seu Conselho de Administração se manifestaria acerca das OPAs até o dia 30.05.2018.

III. A CONVENIÊNCIA E A OPORTUNIDADE DAS OPAS

III.1. Conveniência e oportunidade das OPAs quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações

Por se tratar de OPAs para aquisição de controle, entende o Conselho de Administração que a emissão de parecer quanto à conveniência e oportunidade da aceitação das OPAs está diretamente relacionada aos preços oferecidos, levando-se em conta também as principais condições para a sua concretização. No caso específico, e tendo em vista o princípio acima estabelecido, o parecer considera também as necessidades de capitalização da Companhia para fortalecer sua estrutura de capital.

Em linhas gerais, os membros do Conselho de Administração entendem que as premissas ligadas ao Plano de Negócios da Companhia utilizadas pelo Assessor Financeiro no Relatório de Avaliação são compatíveis com as condições macroeconômicas, de mercado e do setor de atuação da Companhia, e consistentes com o desempenho da Companhia observado nos últimos anos.

a) Precificação das OPAs:

O Relatório de Avaliação apurou o valor das ações de emissão da Companhia de acordo com as seguintes metodologias e critérios: fluxo de caixa descontado; preços de mercado desde a data da migração para o Novo Mercado em 24 de novembro de 2017; múltiplos de transações precedentes; e preço alvo dos analistas de *research*.

Conforme destacado no Relatório de Avaliação, os preços oferecidos nas OPAs situam-se dentro do intervalo de valores apresentado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, estando acima do ponto médio. O fluxo de caixa descontado é a metodologia que melhor captura as especificidades, perspectivas futuras e riscos para a avaliação da Companhia, e que reflete mais adequadamente os retornos esperados com base nos riscos e perspectivas do negócio. Os preços oferecidos nas OPAs superam os intervalos de todas as demais metodologias de avaliação apresentadas no Relatório de Avaliação.

Os membros do Conselho de Administração entendem razoáveis as metodologias utilizadas pelo Assessor Financeiro no Relatório de Avaliação e acreditam que os números e resultados obtidos são compatíveis com as premissas aprovadas pela Companhia durante a definição do seu Plano de Negócios. Cabe levar em conta, por outro lado, que fatores alheios ao controle da Companhia, como os de ordem macroeconômica e mudanças do modelo regulatório, podem afetar as premissas utilizadas na elaboração do Relatório de Avaliação, bem como os resultados esperados.

b) Riscos associados à efetividade das OPAs

Tanto a OPA Neoenergia quanto a OPA Enel tem sua eficácia condicionada à aquisição de mais de 50% das ações de emissão da Companhia. Portanto, se essa quantidade mínima de ações não for atingida, as OPAs não se consumam.

Adicionalmente, o Edital Neoenergia condiciona a eficácia da OPA Neoenergia à não ocorrência de alteração nos direitos e obrigações atribuíveis às ações decorrente de emissão de ações ou de quaisquer valores mobiliários, títulos e direitos conversíveis em ações que implique diluição da base acionária em percentual igual ou superior a 5% da totalidade do capital social da Companhia, exceto pelo *Follow-on*, além de outros eventos típicos que possam causar efeitos adversos relevantes para a Companhia, conforme detalhado no item 2.7 do Edital Neoenergia.

O Edital Enel, por sua vez, também condiciona a eficácia da OPA Enel (i) à não ocorrência de alteração nos direitos e obrigações atribuíveis às ações decorrente da emissão de ações ou de quaisquer valores mobiliários, títulos e direitos conversíveis em ações que implique diluição da base acionária em percentual igual ou superior a 5% da totalidade do capital social da Companhia; e (ii) à não ocorrência de eventos não previstos anteriormente à data de publicação do Edital Enel que resultem, individualmente ou em conjunto, em perda para a Companhia ou para suas subsidiárias em montante igual ou superior à R\$300.000.000,00, além de outros eventos típicos que possam causar efeitos adversos relevantes para a Companhia, conforme detalhado no item 2.8 do Edital Enel.

c) Impacto das ofertas sobre a liquidez

Caso uma das OPAs seja bem-sucedida, pode-se esperar uma redução na liquidez das ações da Eletropaulo, dado que a ofertante cuja OPA for aceita passará, necessariamente, a ser a titular de mais de 50% das referidas ações. Não é possível, no entanto, precisar o impacto dessa redução de liquidez, tendo em vista a variedade de combinações, em termos de composição acionária, que a OPA vencedora poderá apresentar. Não existe mecanismo previsto nas OPAs para que os acionistas titulares de ações em circulação remanescentes tenham a liquidez assegurada, caso não participem das OPAs e não se valham da oportunidade de vender as ações nos 30 dias seguintes contados da data da realização do leilão das OPAs, pelo preço final da OPA vencedora, conforme autorizado pelo Art. 32-A da Instrução CVM 361/02.

O Edital Enel afirma que a oferta não implicará o cancelamento do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários categoria "A", nem sua conversão para a categoria "B", nem a saída do Novo Mercado da B3.

Contrariamente, o Edital Neoenergia diz que, caso a OPA Neoenergia seja bem-sucedida:

- (1) a ofertante avaliará a permanência ou saída da Companhia do Novo Mercado. Caso a ofertante decida pela saída, lançará nova OPA, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado. A listagem no Novo Mercado demanda a observância, pela Companhia, de determinados padrões de governança que podem ou não ser mantidos com a saída do segmento; e
- (2) a ofertante analisará, juntamente com a saída do Novo Mercado, mas não necessariamente de forma vinculada, a possibilidade de realização de oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta. O cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia resulta no encerramento da negociação das suas ações no mercado de valores mobiliários, o que afeta, logicamente, a possibilidade de negociação das ações de emissão da Companhia, que passa a ser possível apenas de forma privada, e a sua propriedade poderá tornar-se incompatível com eventuais restrições estatutárias ou regulatórias de certos acionistas.

IV. OS PLANOS ESTRATÉGICOS DIVULGADOS PELOS OFERTANTES EM RELAÇÃO À COMPANHIA

A Eletropaulo, como se sabe, possui um plano de investimentos significativo que vem sendo executado desde 2017, e que se pretende continuar para o ciclo de 2018 a 2022, de forma a garantir o crescimento de sua base de remuneração, uma operação mais eficiente e menos onerosa, bem como indicadores de qualidade operacional e de atendimento a clientes, no mínimo nos patamares exigidos pela regulação. Para tanto, a Companhia tem necessidade de capital para financiar esses investimentos e cumprir com o seu Plano de Negócios. Caso a Companhia não realize esses investimentos, poderá ter dificuldade de aproveitar as oportunidades existentes no setor, como a revisão tarifária prevista para julho de 2019, ou para alcançar um nível de rentabilidade sobre o capital empregado atraente para os acionistas, considerando que seus investimentos estão alocados para a geração de eficiência, com a consequente redução de custos, e geração de margem de remuneração, conforme previsto na regulação vigente de setor elétrico.

Nessa esteira, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 11 de maio p.p., emissão de debêntures simples e de notas promissórias, cujos recursos serão empregados para reforço do capital de giro da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária, a custo de capital significativamente inferior quando comparado à valorização das ações da Companhia verificada, até o momento, em benefício do conjunto de acionistas.

Não obstante, cumpre destacar que, conforme mencionado no Capítulo I deste Parecer, o Edital Enel contém compromisso de capitalização da Companhia, pela Enel, no montante mínimo de R\$ 1,5 bilhão, tanto em caso de sucesso da OPA Enel, quanto na hipótese de insucesso das OPAs, hipótese em que a Enel obriga-se a contribuir com o mesmo montante para o capital social da Companhia, nos mesmos termos e condições do *Follow-on*, e ao mesmo preço por ação da maior oferta feita pela Enel no âmbito da OPA Enel.

O Edital Neoenergia não trata do assunto, não havendo, portanto, certeza quanto à futura capitalização da Companhia e, em sendo o caso, quanto ao preço por ação que se pretenderá adotar.

V. AS ALTERNATIVAS À ACEITAÇÃO DAS OPAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme determinado pela CVM, no Ofício nº 113/2018/CVM/SRE/GER-1 (“**Ofício 113**”), a realização de ofertas concorrentes poderia ocorrer até o dia 14.05.2018, o que não aconteceu. O Ofício 113 também permitia a interferência compradora pelo lote total de ações da Companhia objeto das OPAs no Leilão, nos termos do parágrafo 2º, inciso II, e do parágrafo 4º do artigo 12, ambos da Instrução CVM 361/02, até 24.05.18, fato que não ocorreu, conforme comunicado ao mercado divulgado pela Companhia após às 15h, horário estabelecido pelo Regulador.

Ainda, no mesmo dia 24.05.2018, não houve a apresentação de novas ofertas de preço, pelos Ofertantes, através de envelopes fechados, conforme determinava a decisão da CVM, em razão de decisão judicial nos autos da tutela cautelar antecedente nº 1053718-56.2018.8.26.0100, em curso perante a 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do Foro Central da Comarca de São Paulo, obtida pela Neoenergia.

Em 25.05.2018, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu a suspensão da liminar proferida pelo Juízo da 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do Foro Central da Comarca de São Paulo na ação ajuizada pela Neoenergia, em decorrência de tutela de urgência pleiteada pela CVM. Em razão da suspensão da liminar e considerando “os efeitos concretos dela decorrentes em relação à fase procedimental prevista para o dia 24 de maio”, a decisão devolveu à CVM “a prerrogativa de fixar o cronograma do certame a ser realizado”.

Em 29.05.2018, a CVM, no exercício da sua prerrogativa, expediu o Ofício nº 149/2018/CVM/SRE/GER-1, reiterando o decurso, em 14.05.2018, do prazo para a divulgação de eventuais novas ofertas concorrentes, sem que tenham sido publicados editais na imprensa, e, em 24.05.18, do prazo para divulgação de eventuais intenções de interferência, sem que tenham sido publicados anúncios na imprensa, dando tais etapas por encerradas. Fixou, ainda, a CVM, a data de 30.05.2018 para a apresentação de aditamentos aos editais das OPAs pelas Ofertantes, compreendendo aumento de preço ou renúncia a condições, conforme procedimento fixado pela B3, e confirmou a realização do leilão para a venda das ações da Companhia, pelos acionistas, no dia 04.06.2018, na B3. Apenas a OPA com o maior preço divulgada será registrada no leilão, considerando que os Editais contemplam as mesmas condições de pagamento aos acionistas (modalidade à vista e moeda corrente).

VI. AS ALTERAÇÕES RELEVANTES NA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA OCORRIDAS DESDE A DATA DAS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS OU INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DIVULGADAS AO MERCADO

O Conselho de Administração da Companhia não tem conhecimento de alterações relevantes recentes na situação financeira da Companhia, considerando a sazonalidade usual dos negócios, que alterem sua percepção acerca dos preços das OPAs, além daquelas já divulgadas pela Companhia no âmbito de seu Formulário de Referência e nas Informações Trimestrais (ITR) de 31.03.2018.

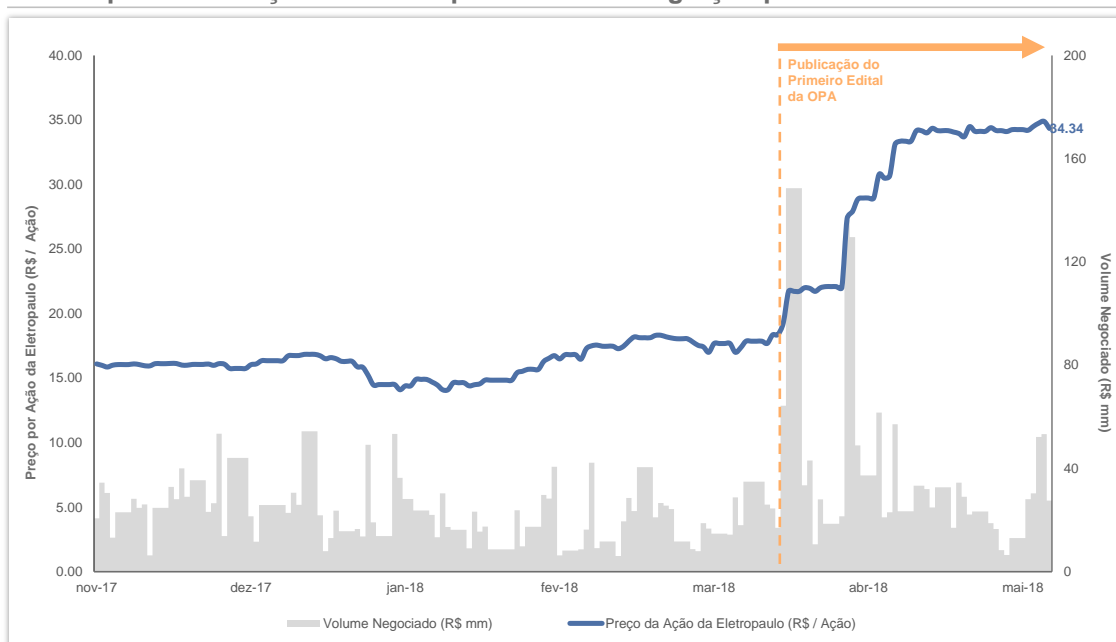
VII. OUTROS PONTOS CONSIDERADOS PERTINENTES

Impactos do anúncio da OPA

Como ocorre normalmente em processos dessa natureza, a divulgação das OPAs produziu, desde logo, efeitos sobre o dia a dia da Companhia, representados principalmente pela necessidade de atenção dos administradores à elaboração das avaliações e análises pertinentes e aos procedimentos legais e regulamentares envolvendo a Companhia.

As OPAs também causaram impactos, ainda que de difícil mensuração, sobre a negociação das ações de emissão da Companhia, cujos volumes e preços passaram a ser fortemente influenciados pela avaliação dos agentes de mercado quanto à perspectiva de aceitação das OPAs e, em alguma medida, por tais agentes em formar e desfazer posições, segundo suas expectativas em relação às OPAs e demais planos estratégicos anunciados pela Companhia, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Desempenho das Ações da Eletropaulo desde a Migração para o Novo Mercado



O Conselho de Administração adotou precauções para preservar a manutenção do máximo de atenção da diretoria nos negócios da Companhia, de modo a assegurar que, qualquer que seja o resultado das OPAs, a Eletropaulo continue apta a atingir seus objetivos e a atender ao interesse do conjunto de seus acionistas, não sendo possível, portanto, afirmar, sob tal aspecto, a existência de repercussão negativa das OPAs quanto aos interesses da Companhia.

Os custos incorridos na realização das OPAs estão sendo arcados pelos respectivos Ofertantes. A Companhia incorreu em custos decorrentes da contratação de especialistas independentes para

assessoramento com relação à sua conduta perante as OPAs, estimando-se que tais custos não apresentarão impactos relevantes sobre o resultado da Companhia.

Submissão ao CADE:

Nos termos do parágrafo único do artigo 89 da Lei nº 12.529/11 e do artigo 148 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), dado que as OPAs levarão a uma aquisição de controle, e que as partes envolvidas preenchem os critérios de faturamento previstos em lei, ambas as OPAs foram notificadas ao CADE, pelos respectivos Ofertantes, tendo as aprovações sido obtidas, nos dois casos, conforme divulgado pela Companhia em comunicados ao mercado de 15 e 17 de maio p.p.

Aprovação pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica:

Nos termos dos artigos 27 e 27-A da Lei nº 8.987/95, da Resolução Normativa nº 484/12, e da regulamentação aplicável correlata, além do estabelecido no contrato de concessão da Companhia nº 162/1998, é necessária a aprovação prévia do regulador no caso de mudança de controle societário da Companhia. Por essa razão, os direitos políticos do adquirente não poderão ser igualmente exercidos até que a ANEEL tenha autorizado a mudança de controle e tenha sido cumprido o rito societário exigido pelo Estatuto Social da Companhia.

Tomamos conhecimento de que a Enel protocolou, no dia 21 de maio p.p., junto à ANEEL, solicitação de anuência prévia para a aquisição de até 100% das ações ordinárias de emissão da Companhia, como resultado da OPA Enel.

Não é do conhecimento do Conselho de Administração, até o momento desta manifestação, que a Neoenergia tenha apresentado solicitação semelhante a ANEEL.

VIII. CONCLUSÃO:

Em observância ao artigo 21 do Regulamento do Novo Mercado, segundo o qual "o parecer do conselho de administração deve abranger a opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da OPA, alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida aceitação", o Conselho de Administração da Companhia entende que, na perspectiva da decisão de desinvestimento de curto prazo, o preço da oferta de maior valor disponível nesta data, ou seja, a proposta de aquisição de R\$ 32,20 por ação apresentada pela Enel, justifica uma recomendação **favorável à sua aceitação** (e, consequentemente, **contrária à aceitação da proposta de aquisição de valor inferior**, ou seja, no momento, a proposta de R\$32,10 por ação formulada pela Neoenergia). Esta recomendação, baseada essencialmente na atratividade do preço ofertado, só se reforça, em relação à maior oferta, caso venham a ser apresentadas ofertas superiores por qualquer dos competidores, considerando o cronograma do certame finalmente definido pela CVM.

A eventual decisão dos acionistas da Companhia no sentido oposto, ou seja, de manter a sua posição, rejeitando a Oferta mais elevada hoje existente ou outra que venha eventualmente a supera-la, deverá adicionalmente considerar os compromissos formulados e as intenções manifestadas pelos atuais Ofertantes quanto à capitalização da Companhia e a sua manutenção (ou não) com a condição de companhia aberta, listada no Novo Mercado da B3, e os impactos que tais compromissos e intenções, se realizadas, poderão trazer para a situação financeira da Companhia e para a liquidez de suas ações.

A manifestação ora apresentada considera os preços oferecidos pelos Ofertantes até a presente data. No entanto, considerando-se o novo cronograma fixado pela CVM nesta data para o certame a ser realizado, e a possibilidade de as Ofertantes aumentarem o preço de suas ofertas, a avaliação favorável à aceitação da oferta acima poderá referir-se a uma nova oferta mais elevada do mesmo Ofertante ou do seu competidor.

Em qualquer caso, e na forma da regulamentação aplicável, é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a aceitação ou não das propostas formuladas até a data-limite fixada pela CVM, recomendando-se que leiam todos os documentos publicamente disponíveis e consultem seus assessores financeiros e jurídicos antes de decidirem aderir às OPAs para verificar as implicações legais, cambiais e tributárias da participação e aceitação de quaisquer das OPAs.

Os procedimentos para aceitação das OPAs são aqueles fixados pela CVM e pela B3, e pelos Ofertantes, nos respectivos Editais, objeto de divulgação pela Companhia, através do Sistema Empresas.Net.

Nota, por fim, o Conselho de Administração, que, conforme destacado ao longo desta Manifestação, e melhor detalhado no Edital Neoenergia e no Edital Enel, a conclusão da OPA Neoenergia ou da OPA Enel, conforme o caso, está sujeita a condições, que podem ou não se verificar ou ser renunciadas pelos respectivos ofertantes, não havendo, portanto, neste momento, certeza quanto à sua efetiva realização.